

STM

ORG DA JMU/REG INTERNO/CÓD DE ÉTICA/ACESSIBILIDADE Minissimulado Gratuito

25 QUESTÕES INÉDITAS



15/02/2018
DESENVOLVIDO POR:

Concurseiros Abençoados

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (Lei Nº 8457/1992)

01 O Superior Tribunal Militar, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional. ☐ Certo Errado 02 Assim que são nomeados pelo Presidente da República, os Ministros militares ficam na reserva, em quadros especiais da Marinha, Exército e Aeronáutica. Certo ☐ Errado

03

A Auditoria de Correição é exercida pelo Juiz-Auditor Corregedor, com jurisdição em todo território Nacional, também é um órgão de fiscalização e orientação judiciário-administrativa. Além do Juiz-Auditor Corregedor, a Auditoria de Correição compõese de, um Diretor de Secretaria e auxiliares constantes de quadro previsto em lei.

Certo
Errado

04

São três as espécies de Conselhos de Justica: Conselho Especial de Justiça, Conselho Provisório de Justica e Conselho Permanente de Justica.

Certo
Errado

05

O ingresso na carreira da Magistratura da Justiça Militar dar-se-á no cargo de Juiz-Auditor Substituto, mediante concurso público de provas e títulos organizado e realizado pelo Superior Tribunal Militar, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em todas as suas fases.

Exigir-se-á dos candidatos a satisfação dos seguintes requisitos, além de outros previstos no Estatuto da Magistratura:

Ter mais de vinte e um e menos de sessenta anos de idade, salvo se ocupante de cargo ou função pública.

Certo
Errado

<u>06</u>

A aposentadoria dos magistrados da Justiça Militar com vencimentos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta e cinco anos de serviço, após dez anos de exercício efetivo na judicatura.

Certo
Errado

07

São atribuições do Técnico Judiciário:

Substituir o Diretor de Secretaria, nas férias, licenças, faltas e impedimentos, por designação do Juiz-Auditor.

Ш	Certo
	Errado

08

A pena de suspensão por mais de trinta dias será aplicada pelo Presidente do Superior Tribunal Militar.

Certo
Errado

REGIMENTO INTERNO	:TM

09

O Presidente, escolhido pelo Plenário entre os seus Membros, observado o critério de rodízio entre os Ministros militares oriundos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e os Ministros civis, nessa ordem, é eleito para um mandato de quatro anos, a contar da posse.

Certo
Errado

O Conselho de Administração será presidido pelo Presidente do Tribunal e integrado pelo Vice-Presidente e por mais cinco Ministros, escolhidos

preferencialmente entre os mais antigos, observada,

sempre que possível, a relação de três Ministros civis

☐ Errado

☐ Certo

e dois Ministros militares.

11

A iniciativa de emenda ao Regimento Interno cabe a qualquer Ministro ou à Comissão de Regimento Interno.

Certo

☐ Errado

<u>12</u>

O provimento do cargo de Juiz-Auditor far-se-á mediante promoção, alternadamente por antiguidade e por merecimento, dentre Juízes-Auditores Substitutos. Somente após três anos de exercício do cargo poderá o Juiz-Auditor Substituto ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite a vaga a ser preenchida.

☐ Certo

☐ Errado

13

O Plenário poderá decretar, por motivo de interesse público e pelo voto da maioria absoluta de seus membros efetivos, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de Juiz-Auditor, com subsídio proporcional ao tempo de serviço, assegurada a ampla defesa. A pena de disponibilidade será aplicada, exclusivamente, a Juiz-Auditor vitalício.

☐ Certo☐ Errado

<u>14</u>

A Sindicância para apurar irregularidades, no âmbito da Justiça Militar, será instaurada por determinação da autoridade competente, nos termos da lei. O prazo para conclusão de Sindicância não excederá sessenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade que determinou a instauração.

Certo

Errado

<u> 15</u>

O Processo Disciplinar é conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pelo Presidente do Tribunal, que indicará, dentre eles, o seu presidente, na forma da lei.

☐ Certo

☐ Errado

<u>19</u>

Quando a infração ética for imputada ao Diretor-

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (Resolução STM 159/2009)

16

<u>10</u>	Geral do STM, essa será apreciada por Comissão
A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos e a conduta ética devem ser observados pelos servidores da Justiça Militar da União com vistas ao atendimento do princípio da publicidade da Administração Pública.	Especial de Ética, presidida pelo Ministro Vice-Presidente do STM e integrada por cinco Ministros escolhidos pelo Ministro-Presidente. Certo Errado
☐ Certo ☐ Errado 17	20 O integrante da Comissão de Ética ou da Comissão Especial de Ética, receberá gratificação equivalente a 20% de sua remuneração.
O servidor deve abster-se de manter relações oficiais, financeiras, profissionais ou pessoais, que possam prejudicar ou criar restrições à sua atuação profissional.	☐ Certo ☐ Errado
☐ Certo	<u>21</u>
Errado	A Comissão de Ética e a Comissão Especial de Ética não poderão escusar-se de proferir decisão sobre matéria de sua competência alegando omissão deste
<u>18</u>	Código, que, se existente, será suprida pela analogia
São deveres fundamentais do servidor da Justiça Militar da União:	e invocação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.
Tratar os usuários do serviço público com cortesia, urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a condição e as limitações de cada qual, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo,	☐ Certo ☐ Errado
nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.	22 Das decisões das Comissões cabe recurso, no prazo
☐ Certo	de dez dias.
☐ Errado	☐ Certo
	☐ Errado

ACESSIBILIDADE

23

De acordo com a Lei 13.146/2015, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- II Para fins de aplicação desta Lei, considera-se desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- III Para fins de aplicação desta Lei, considera-se barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança entre outros.
- IV As chamadas "barreiras arquitetônicas" são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV

24

De acordo com a lei 13.146/2015, marque a alternativa **CORRETA.** A habilitação profissional e a reabilitação profissional, para a pessoa com deficiência, devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de:

I – saúde

II - ensino

III - assistência social

IV – previdência social

a) I e III

- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV

<u> 25</u>

De acordo com a Resolução 230/2016 do CNJ, complete a frase abaixo:

Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, _____ de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

- a) um por cento
- b) dois por cento
- c) cinco por cento
- d) dez por cento
- e) vinte por cento

N°	GAB	LEI 8547/92
01	е	3
02	е	3 §2º
03	С	12 e 13
04	е	16 (a;b)
05	е	34 (II)
06	e	58
07	C	80 (I)
08	C	85 §1º
N°	GAB	REGIMENTO INTERNO STM
09	е	5
10	е	15 §1°
11	C	28
12	e	174 (I)
13	C	196 Par Único
14	e	206 §2°
15	C	207 §1°
N°	GAB	CESJMU (RES 159/2009)
16	e	2
17	C	3
18	C	6 (IV)
19	е	23
20	е	25
21	С	42
22	С	45 §1°
N°	GAB	ACESSIBILIDADE - LEI 13.146/15
23	C	2; 3 (II e IV); 3 (IV-b)
24	С	36 §5
N°	GAB	ACESSIBILIDADE - RES 230/2016 CNJ
25	С	4 §2°
*	*	JESUS TE AMA



- 1) ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO → 80 QUESTÕES INÉDITAS (R\$24,90).
- 2) REGIMENTO INTERNO DO STM → 77 QUESTÕES INÉDITAS (R\$22,90).
- 3) CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO → 45 QUESTÕES INÉDITAS (R\$14,90).
- 4) ACESSIBILIDADE → 33 QUESTÕES INÉDITAS (R\$14,90).
- 5) PORTUGUÊS → 264 QUESTÕES (R\$9,90).
- 6) ÉTICA → 96 QUESTÕES (R\$7,90).
- 7) DIREITO CONSTITUCIONAL → 100 QUESTÕES (R\$7,90).
- 8) QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO E TRABALHO EM EQUIPE → 108 QUESTÕES (R\$7,90).
- 9) INFORMÁTICA → 83 QUESTÕES (R\$7,90).
- 10) ARQUIVOLOGIA →88 QUESTÕES (R\$7,90).

- 11) ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA → 143 QUESTÕES (R\$7,90).
- 12) AFO → 113 QUESTÕES (R\$7,90).
- 13) DIREITO ADMINISTRATIVO → 99 QUESTÕES (R\$7,90).

Ou aproveite nossos COMBOS PROMOCIONAIS:

COMBO INÉDITO STM (PDF'S 1 a 4)

De R\$73,60 por R\$38,90

47% de DESCONTO.

Ou

COMBO BLESSED STM (OS 13PDF'S)

De R\$146,70 por R\$ 47,90

67% de DESCONTO.

ou visite nosso site:

www.concurseirosabencoados.com.br

DÚVIDAS? ENVIE SUA MENSAGEM PARA NOSSO WHATSAPP (22) 988093170











INSCREVA-SE EM NOSSO CANAL

https://goo.gl/KFK1Am





"E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê." (Marcos 9:23).